



000258 B

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

PARECER CONCLUSIVO

**INTERESSADO:** Comissão permanente de Licitação / Pregoeiro.  
**ASSUNTO:** Pregão Presencial - Tipo menor preço por item, visando a aquisição de veículo tipo ambulância para o Fundo de Saúde de Oliveira de Fátima.  
**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. FASE EXTERNA. PARECER FINAL. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS (ART. AS MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO (ART. 4º, LEI 10.520/02) APLICÁVEL DE FORMA SUBSIDIÁRIA AO PREGÃO CONFORME ART. 9º DA LEI 10.520/2002.

I - DO RELATÓRIO

Retornam os autos para emissão de parecer conclusivo desta Procuradoria, referente ao processo licitatório em destaque, versando sobre licitação pública na modalidade Pregão Presencial nº 001/2019, tipo menor preço por item, visando a aquisição de veículo tipo ambulância para o Fundo de Saúde de Oliveira de Fátima conforme especificação contida no respectivo edital, para cumprimento do inciso VI, e parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93 c/c o estabelecido no art. 4º da Lei 10.520/02, *in verbis*:

*"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;*

*II - do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;*

*III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;*

*IV - cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na forma da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998;*

*V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;*

*VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o*



000259

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA**

*caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;*

*VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;*

*VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;*

*IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;*

*X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;*

*XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;*

*XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;*

*XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;*

*XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;*

*XV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;*

*XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;*



000260

**ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA**

*XVII - nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;*

*XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

*XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;*

*XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;*

*XXI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;*

*XXII - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e*

*XXIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI."*

A priori cumpre-nos informar que a emissão de parecer desta Procuradoria não deve exorbitar acerca da conveniência e oportunidade dos "atos de mérito administrativo", sendo estes adstritos ao administrador público, portanto, nosso mister deve ater-se a análise jurídica, bem como aventar as possíveis soluções a serem tomadas pelos gestores.

Na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.338, de 12 de abril do corrente ano.

Na data prevista em Edital, compareceram para credenciamento as seguintes empresas:

I - MARCA AUTO CENTER COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ: 24.704.234/0001-88;

II - R L DE FARIAS EIRELI - EPP, CNPJ: 19.426.365/0001-00;

III - COMERCIAL DINAMICA EIRELI - EPP, CNPJ: 23.227.868/0001-24.

Da apreciação dos documentos apresentados pelas licitantes credenciadas, relativos a habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas e proposta de preços, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, concluiu-se que a licitação foi processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02.



000261

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

Foram consignados em ATA os valores negociados por item, sendo declarada vencedora a empresa MARCA AUTO CENTER COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, com o menor lance no valor de 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais).

Não houveram pedidos de esclarecimentos ou impugnação ao edital, nem mesmo interposição de recursos. O objeto da licitação foi adjudicado pelo Pregoeiro às empresas vencedoras do certame.

Contudo, cumpre observar que a data registrada no preâmbulo da ATA DA SESSÃO PÚBLICA, está em desacordo com a data em que foi efetivamente realizada a sessão de julgamento. Trata-se de erro material, de fácil constatação e que não vicia o documento, sendo necessária sua retificação mediante simples errata, pelo pregoeiro.

## II - DA CONCLUSÃO

Pelo que restou comprovado pela análise do presente processo licitatório, verifica-se que o mesmo está revestido de todos os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Cumpre ressaltar que a opinião emitida se restringe aos aspectos legais da execução do procedimento, não sobrepondo e/ou substituindo a análise que deve ser feita pelo órgão de Controle Interno municipal.

Ante o exposto, esta Procuradoria Geral opina favoravelmente pelo prosseguimento do Pregão nº 001/2019, Processo 002/2019, **desde que feita a errata quanto a data de realização do julgamento.**

Ainda, considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, encaminhe-se à autoridade competente, para avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É o parecer, S.M.J.

Oliveira de Fátima, 6 de maio de 2019.

  
Agostinho Araújo Rodrigues Júnior  
Procurador-Geral do Município